

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA DAS
MULHERES NEGRAS NO BRASIL.**

HEVILYN SOUZA

Matrícula: 1813147

Orientador: Gustavo Gonzaga

Co-orientador: Francisco Cavalcanti

Rio de Janeiro

Dezembro de 2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA DAS
MULHERES NEGRAS NO BRASIL.**

HEVILYN SOUZA

Matrícula: 1813147

Orientador: Gustavo Gonzaga

Co-orientador: Francisco Cavalcanti

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Rio de Janeiro

Dezembro de 2022

AGRADECIMENTOS

Não poderia finalizar esse capítulo tão importante da minha vida sem agradecer os que caminharam comigo e que foram fundamentais nessa conquista. Estudar Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro é uma vitória para mim e para toda a minha família, além de ser um privilégio para mulheres negras com trajetórias parecidas com a minha. Por isso, agradeço a Deus pela oportunidade e a minha família que sempre esteve comigo, principalmente as lindas mulheres negras e fortes que fazem parte da minha vida, minha mãe Beatriz, minha tia Daniella, minha avó Maria Esmeralda, e minha irmã Hellena. Agradeço imensamente o meu irmão Hudson, meu padrasto Nelio, meu pai Alessandro e meu avô Jorge, sem vocês nada disso seria possível.

Aos meus amigos que estão comigo há tantos anos e que sempre me incentivaram e acreditaram em mim, muitas das vezes mais do que eu mesma, obrigada por tudo! Em especial, minhas irmãs do coração Denise e Joyce, Gleyce, Joana, Joyce Soares, Vitor, Thiago, Matheus e Darllany, tenho orgulho de todos vocês e espero que possamos celebrar juntos muitas outras conquistas.

Aos amigos que fiz na faculdade, obrigada pelos momentos juntos e pelas muitas vezes em que nos ajudamos, vocês foram fundamentais nessa graduação. Aos amigos do Prouni, o meu agradecimento especial, as vivências e dicas compartilhadas que só nós poderíamos entender. Em especial, Ana Beatriz e Graciele, pelos momentos incríveis juntas. Aos amigos que fiz na Liga de Políticas Públicas, Laura, Pedro, Catarina, Vivian e Filipe, obrigada pelas experiências e pelas muitas risadas em nossos encontros.

Agradeço também ao Apoio Solidário, projeto de auxílio aos bolsistas do Departamento de Economia. Durante toda a minha graduação fui assistida por vocês, seja com livros, notebooks, ou palavras de incentivo e conforto.

E aos meus queridos orientadores, Gustavo Gonzaga e Francisco Cavalcanti, muito obrigada pelo suporte, paciência, e pelos ensinamentos. Admiro os profissionais excelentes que são e desejo muito sucesso em suas carreiras.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO	4
2) REVISÃO DA LITERATURA	7
3) MÉTODO	13
4) FONTE DE DADOS	16
5) ANÁLISE DESCRITIVA DO MERCADO DE TRABALHO E DA COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS	18
6) IMPACTO DA COVID-19 SOBRE AS MULHERES NEGRAS	25
7) CONCLUSÃO	31
8) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1) INTRODUÇÃO

A presente monografia busca analisar quais foram os efeitos da pandemia do Coronavírus na vida das mulheres negras brasileiras, grupo social mais vulnerável do país. O objetivo principal é explorar as características do mercado de trabalho e rendimentos no período pré e pós a crise sanitária, e demonstrar a importância de fazer análises interseccionais da pobreza e conferir atenção especial às mulheres negras em estudos ou construções de políticas públicas.

A pandemia da Covid-19 se iniciou no mês de março do ano de 2020 e afetou toda a população global de diferentes perspectivas, principalmente no âmbito da economia e da saúde. O Coronavírus é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-12 que apresenta sintomas leves e moderados em algumas pessoas, mas outras podem desenvolver um quadro grave ou até letais¹. No final de 2021, estima-se que mais de 22 milhões de pessoas foram contaminadas pela doença e mais de 600 mil morreram em decorrência das complicações do vírus².

Nesse cenário, os governos precisaram tomar medidas sanitárias para conter o avanço do vírus e o aumento da taxa de mortalidade, além de tomar medidas para impedir uma possível recessão das economias. Na grande maioria dos países, foi implementado o isolamento social para conter a transmissão dos vírus. Comércio, escolas e diversas atividades foram paralisadas a fim de manter as famílias seguras dentro de suas casas. Essas medidas, no entanto, levaram a consequências econômicas para as nações.

Sem perspectivas de retorno, muitas empresas precisaram demitir seus funcionários devido ao baixo volume de demanda e por não existir condições financeiras para mantê-los trabalhando. Por consequência, o desemprego no segundo trimestre de 2020 atingiu a taxa de 13,3% e o consumo das famílias caiu 12,5%, segundo o IBGE. Em meio a crise sanitária e econômica, os governos tiveram outro desafio além do covid-19, o de dar assistência às famílias mais afetadas financeiramente pela pandemia.

A desigualdade social, um problema global e especialmente grave no Brasil, se intensificou com a pandemia. Um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)³, divulgado em

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>

² Dados disponíveis em: <https://covid.saude.gov.br/>

³ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/16086/file>

setembro de 2021, revelou que a crise da Covid-19 afetou todos os países, mas com efeitos maiores naqueles em que existiam grandes disparidades econômicas entre as pessoas, como no caso do Brasil. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) em seu relatório anual⁴ informou que, em 2020, a pobreza e a extrema pobreza alcançaram na América Latina níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente.

É importante ressaltar que a desigualdade social no Brasil possui um viés racial, mas também de gênero, sendo necessário considerar a interseccionalidade entre ambas na análise. Tradicionalmente, a parcela de pessoas negras entre o decil mais pobre é maior do que o de pessoas brancas, além disso, as mulheres são mais vulneráveis no mercado de trabalho do que os homens. Sendo assim, é evidente que o cenário pandêmico iria acentuar as desigualdades raciais e de gênero, por consequência da perda de renda do trabalho e do ônus do trabalho e das responsabilidades domésticas sobre as mulheres. Dito isso, as mulheres negras se encontram em ambos problemas estruturais, o machismo e o racismo.

Portanto, o estudo da pandemia e seus impactos sobre as mulheres negras se faz necessário no Brasil à medida em que se observa as grandes desigualdades raciais e de gênero características do país, acentuadas após a crise econômica e sanitária do Coronavírus. No mais, até o início da elaboração desta monografia, ainda há poucos estudos na área de Ciências Econômicas que cobrem, especificamente, as mulheres negras na pandemia. Neste trabalho será apresentado a importância de produzir estudos e analisar o diferencial de renda entre brancos e negros, mulheres e homens, nos quais poderão ser auxiliares na criação de políticas baseadas em evidências.

⁴ <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46606-balanco-preliminar-economias-america-latina-caribe-2020-resumo-executivo>

2) REVISÃO DA LITERATURA

Historicamente, os elevados índices de pobreza e extrema pobreza caracterizam o retrato da economia brasileira. A pobreza é um fenômeno que persiste no Brasil há décadas e é o retrato de uma injustiça social que exclui parte de sua população do acesso a renda mínima necessária para atender as suas necessidades mais básicas⁵. Segundo dados do IBGE, em 2016, 12,1% da população do país vivia em situação de extrema pobreza, ou seja, viviam com menos de ¼ do salário mínimo por mês. Já para a pobreza extrema, o IBGE considera aqueles que vivem entre ¼ e ½ salário mínimo e, no mesmo ano, haviam mais de 36,6 milhões de brasileiros que poderiam ser classificados nessa situação⁶.

Barros et al. (2000) aponta que o problema da pobreza na sociedade brasileira não é a escassez de recursos, mas, pelo contrário, o país apresenta farta disponibilidade de recursos para combater a pobreza. O diagnóstico apontado pelos autores é de que o Brasil não é um país pobre, mas injusto e desigual, com muitos pobres. Portanto, a pobreza é um dos principais problemas econômicos do país, mas a desigualdade é o maior problema estrutural⁷. Em vista disso, é necessário entender a desigualdade econômica brasileira, sua causalidade e inércia ao longo dos anos.

De acordo com Rocha (2000), a incidência de pobreza absoluta está associada à forte desigualdade na distribuição de renda, levando ao índice de Gini do país a ser um dos mais elevados do mundo. A renda per capita no Brasil é superior a qualquer valor que possa ser associado à linha de pobreza, em vista disso, a persistência da pobreza do ponto de vista da renda está ligada à má distribuição de rendimentos.

Levando em consideração os argumentos anteriores de Rocha (2000) e observando os dados atuais, nota-se que a situação não mudou. Em 2019, o Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU)⁸ divulgou que o país era o 2º com maior concentração de renda no mundo, atrás apenas do Catar. Entre os 1% mais ricos da população brasileira, estavam concentrados 28,3% de toda a renda do país. Para os 10% mais ricos,

⁵ Barros et al. (2000)

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-2016-248-milhoes-de-brasileiros-viviam-na-miseria-53-a-mais-que-em-2014-revela-ibge.ghtml>

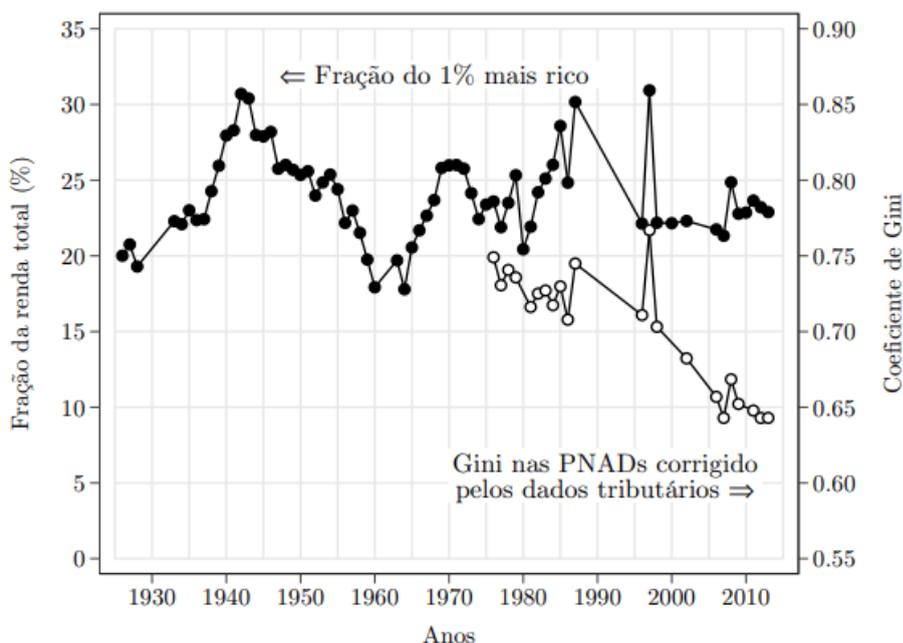
⁷ Ver Henriques, R. (2001)

⁸ Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2019>

estavam concentrados quase a metade da renda total, 41,9%. O relatório analisa outros aspectos além da renda para considerar o índice de desigualdade.

Souza (2018) em seu livro “A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013”⁹ busca usar tabulações do imposto de renda para construir novas séries históricas para a concentração de renda no topo do Brasil. A fim de entender o contexto histórico e a razão da desigualdade de renda no território brasileiro, serão apresentados os parágrafos a seguir alguns dos principais resultados encontrados pelo autor.

Gráfico 1: Fração do 1% mais rico e coeficiente de Gini corrigido pelos dados tributários – Brasil, 1926–2013



Fonte: retirado do livro “A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013”. Elaboração do autor a partir de tabulações de dados tributários, das Contas Nacionais e dos microdados das PNADs.

O gráfico acima retrata um pouco do que foi discutido anteriormente, a fatia da renda total recebida pelos 1% mais ricos, mas para o período de 1926 e 2013. Nota-se que não é possível perceber nenhuma mudança efetiva, mas apenas flutuações. A fração do centésimo mais rico permanece num patamar entre 20% e 25% na maior parte dos períodos.

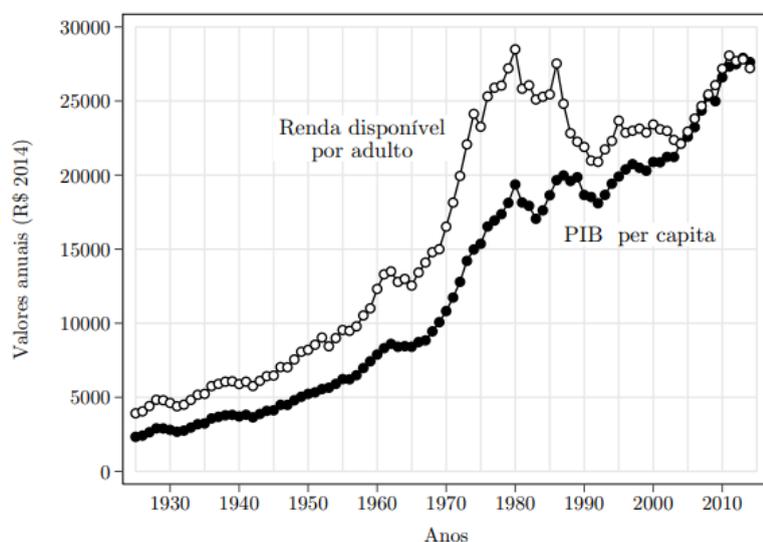
⁹ Obra ganhadora de dois prêmios Jabutis em 2019: Melhor Livro do Ano e Melhor Livro na categoria Humanidades.

O período das flutuações correspondem aos eventos e ciclos político-econômicos do país, como o Estado Novo, os anos do desenvolvimentismo e o golpe militar na década de 1960. É perceptível, também, que houve uma queda da concentração no topo entre o final da década de 1980 e em meados dos anos 2000, mas, desde 2006, houve estabilidade e leve aumento.

Segundo o autor, houve um período de queda da desigualdade durante 1945 e 1964, após o fim do Estado Novo e da 2ª Guerra, e também na segunda metade dos anos 1950, período da presidência de Juscelino Kubitschek. Ao analisar o coeficiente de Gini corrigido pelos dados tributários a partir de 1970, percebe-se um quadro positivo. Há uma tendência de queda a partir dos anos 1970 que permanece até meados dos anos 2000 e se estabiliza a partir de 2006. A entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho entre 1976 e 2013, os avanços educacionais e a expansão das políticas sociais contribuíram para essa mudança estrutural responsável por reduzir o Gini.

A queda do coeficiente de Gini e a inércia dos 1% mais ricos no topo indicam que as mudanças positivas dos últimos tempos ocorreram na base ou no meio da pirâmide social, a fatia dos mais ricos não foi afetada durante todos esses anos. Souza (2018) acrescenta que esses fatos aconteceram em meio às transformações profundas na economia brasileira, começando pelo crescimento econômico. O gráfico abaixo apresenta a evolução do PIB per capita e da renda disponível por adulto, em reais de 2014, desde a década de 1920.

Gráfico 2: PIB per capita e renda disponível per capita (R\$ 2014) – Brasil, 1925–2013



Fonte: retirado do livro “A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-

2013”. Elaboração do autor a partir de dados das “Séries históricas e estatísticas” do IBGE, do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

O crescimento da renda per capita apresentou uma tendência positiva até a década de 1970 e ainda maior durante o “milagre econômico”, de 1968 a 1974. Todavia, vê-se que, a partir de 1980, na conhecida “década perdida” devido a crise econômica, houve fortes reduções no PIB brasileiro, que voltou a crescer em 2000 devido ao boom de commodities.

Os resultados acima mostram que a concentração no topo permaneceu estável para a fração da renda recebida pelos 1% mais ricos entre 20% e 25%, números que fazem o Brasil se destacar entre os países mais desiguais do mundo. A persistência dessa desigualdade aconteceu em meio a mudanças econômicas e sociais. A população multiplicou-se por seis e o PIB per capita aumentou 12 vezes ao longo do período abordado. Em contrapartida, avaliar a desigualdade para toda a distribuição, não apenas para o topo, e observar medidas como o coeficiente de Gini, tornam os resultados mais otimistas entre o fim da década de 1980 e 2006.

Além das razões políticas e institucionais apontadas por Pedro Souza e expostas nos parágrafos anteriores, a intensidade da nossa desigualdade de renda possui origens históricas. Nesse sentido, o processo de colonização marcado pela exploração de negros e indígenas, e as consequências sociais decorrentes desse período histórico, estabelecem a necessidade de inserir a desigualdade racial na discussão.

Conforme Henriques, R. (2001), a intensa desigualdade racial brasileira está associada a formas de discriminação racial e impede o desenvolvimento e o progresso social da população negra. A população negra brasileira está sujeita a intensa desigualdade de oportunidades e de renda, que fazem com que estejam sobrerrepresentados na pobreza e indigência do país. A diferença na escolaridade entre brancos e negros também se manteve estável ao longo dos anos, apesar da melhoria nos níveis médios de escolaridade.

Tabela 1: Características Educacionais da População Adulta, segundo a Cor do Indivíduo.

	(Em %)							Variação Relativa
	Ano							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Brasil								
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	42,1	40,7	39,1	37,5	37,0	35,8	35,0	-16,9
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo	71,4	70,7	69,3	67,3	66,9	65,5	64,8	-9,3
Pessoas de 25 anos ou mais com mais de 11 anos de estudo	7,7	7,8	8,2	8,4	8,7	8,9	9,0	17,5
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	4,9	5,1	5,2	5,4	5,5	5,6	5,7	15,3
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	-22,4
Branços								
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	32,5	31,4	29,9	29,1	28,0	27,0	26,4	-18,8
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo	64,3	64,0	62,3	60,8	59,5	58,1	57,4	-10,8
Pessoas de 25 anos ou mais com mais de 11 anos de estudo	11,1	11,2	11,7	11,8	12,5	12,8	12,9	16,2
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	5,9	6,0	6,2	6,3	6,4	6,6	6,6	12,6
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	10,6	10,1	9,5	9,4	9,0	8,4	8,3	-21,8
Negros *								
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 4 anos de estudo	55,5	53,9	52,2	49,8	49,7	48,2	46,9	-15,6
Pessoas de 25 anos ou mais com menos de 8 anos de estudo	81,6	80,5	79,4	77,2	77,4	76,1	75,3	-7,7
Pessoas de 25 anos ou mais com mais de 11 anos de estudo	2,7	2,8	2,9	3,2	3,2	3,2	3,3	25,2
Número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais	3,6	3,7	3,9	4,1	4,1	4,3	4,4	21,7
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	-23,0

Fonte: retirado de Henriques, Ricardo. "Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90." (2001). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A tabela acima expõe a desigualdade racial na educação dos adultos na década de 90. Apesar dos avanços dos níveis de escolaridade formal da população adulta, as posições relativas entre brancos e negros são perceptíveis. Com exceção da taxa de analfabetismo, as melhorias nos índices dos adultos brancos foram mais intensas do que as dos adultos negros. Percebe-se que, nos indicadores referentes aos adultos com menos anos de estudo, a parcela dos negros é consideravelmente maior do que a dos brancos. Para os indicadores que indicam mais do que 11 anos de escolaridade, os adultos negros são bem inferiores.

Henriques também chama atenção em seu texto para as outras dimensões socioeconômicas, como o trabalho infantil, condições habitacionais e o consumo de bens duráveis. Os negros se encontram em desvantagem em todas elas, assim como na educação e pobreza. Além de serem diferenças de magnitude relevante, também permanecem estáveis.

A desigualdade no Brasil, além do viés racial, também possui um viés de gênero. O Brasil possui grandes diferenças de gênero na força de trabalho, além de encontrarem dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, as mulheres são menos valorizadas nos seus empregos e estão expostas a uma legislação trabalhista que favorecem os homens¹⁰.

De acordo com Costa, Maconi e Hellmeister (2018), a disparidade de rendimentos entre homens

¹⁰ Ver Costa, Maconi e Hellmeister (2018)

e mulheres se mantêm em patamares elevados e continua aumentando no Brasil. Além disso, as autoras acrescentam que as políticas públicas não são muito efetivas em reduzir a desigualdade e expandir as oportunidades, principalmente quando se tratam de mulheres de baixa renda.

Em 2017, o mundo caminhava para uma evolução na diferença de gênero, no entanto, a população feminina no Brasil não acompanhava o avanço, pelo contrário, estava regredindo. Nesse ano, as mulheres ainda recebiam apenas 75,6% dos salários dos homens, embora tenham o mesmo, ou até superiores, níveis de escolaridade. A baixa representatividade das mulheres nas posições que garantem salários maiores é um dos principais fatores para as disparidades salariais de gênero. Além disso, a escolha das carreiras das mulheres é uma das explicações para as diferenças de salário, isso porque as mulheres tendem a trabalhar menos horas, na tentativa de equilibrar a carreira e as responsabilidades domésticas¹¹.

Hirata (2014) apresenta os quatro principais fatores que diferenciam a remuneração de mulheres e homens no Brasil, são eles o tipo de emprego ocupado, a construção social de que as mulheres são menos competentes, a descontinuidade do trabalho e um “fator residual”, que pode ser justificado se considerarmos as relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho. Assim como Costa, Maconi e Hellmeister (2018) argumentam, a forma como a divisão tende a direcionar as mulheres para trabalhos de menores rendimentos, e os altos níveis de precarização e informalidade, levam as mulheres a ocuparem cada vez mais posições com menos direitos e menores salários.

Pelas razões apresentadas acima e a profundidade da desigualdade social no Brasil, é necessária a análise interseccional entre desigualdades raciais e desigualdades de gênero, sendo as mulheres negras o grupo presente na intersecção de ambos e sobrerrepresentado nos principais indicadores que mostram vulnerabilidade econômica¹².

¹¹ Ver Costa, Maconi e Hellmeister (2018)

¹² Ver artigo da Madeusp <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/12/npe018.pdf>

3) MÉTODO

Essa monografia consiste em uma metodologia, inicialmente, descritiva do mercado de trabalho e rendimentos no Brasil, com foco nas perspectivas de gênero e raça, direcionando-se para uma análise do período antes e durante a pandemia do Coronavírus, a fim de estimar os seus efeitos sobre as mulheres negras brasileiras.

Para a análise, medidas usuais do mercado de trabalho e algumas variáveis importantes serão utilizadas. Além dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serão utilizados também dados em painel de indivíduos, construídos pela mesma base de dados, elaborados pelo instituto Datazoom¹³. Mais detalhes sobre a pesquisa do IBGE poderão ser encontrados no capítulo a seguir.

As variáveis de cor ou raça consideradas no IBGE são consideradas a partir da autodeclaração da população no momento da pesquisa. Ou seja, os selecionados são questionados sobre sua cor de acordo com as seguintes opções: branca, preta, parda, indígena ou amarela. Neste trabalho, iremos considerar como negros aqueles que se autodeclaram pretos ou pardos, dado que identificamos que alguns indivíduos transitam na declaração das duas cores entre os semestres. O Estatuto da Igualdade Racial considera negros “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”.

Existe uma série de termos utilizados para mensurar e estabelecer estatísticas sobre as características socioeconômicas que são necessários para pesquisar sobre emprego e desemprego. Primeiro precisamos entender como a população é dividida na PNAD Contínua. A população total é dividida em dois grupos, a população em idade de trabalhar (PIA), para aqueles com 14 anos de idade ou mais, e a população abaixo da idade de trabalhar, para os menores de 14 anos.

Entre os que estão na PIA, existem os que estão na força de trabalho e fora da força de trabalho. Os que estão na força de trabalho são chamados de População Economicamente Ativa (PEA) e dentre esses existem os ocupados e desocupados. A população ocupada se refere aos

¹³ Projeto desenvolvido pelo Departamento de Economia da PUC-Rio <http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/>

empregados do setor público ou privado, com ou sem carteira assinada, aos trabalhadores por conta própria, os empregadores, os trabalhadores domésticos (com ou sem carteira assinada) e os trabalhadores familiares auxiliares (pessoas que ajudam no trabalho de seus familiares sem remuneração). Os chamados de desocupados, ou desempregados, são aqueles que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para exercê-lo. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. Ademais, no grupo de ocupados existem aqueles que são ocupados e trabalham horas suficientes, e os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.

Por outro lado, temos o oposto da PEA, a população fora da força de trabalho, ou população economicamente inativa (PEI). A PEI engloba os que estão fora da força de trabalho potencial, onde estão as donas de casa que não trabalham fora, os adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não tem interesse ou condições de trabalhar. Para a força de trabalho potencial, são considerados os que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integrados.

Na força de trabalho potencial, encontram-se os que buscaram trabalho, mas não estavam disponíveis, e os que não buscaram trabalho, mas estavam disponíveis. Nesse último podem ser encontrados os desalentados e os não desalentados. Os desalentados são o grupo considerado pelo IBGE como aqueles que gostariam de trabalhar, porém não procuram emprego por achar que não encontrariam. Podem ser desmotivados a ingressar no mercado de trabalho por fatores como qualificação, idade, cenário econômico ou local de moradia¹⁴.

Em vista disso, a taxa de desemprego será a porcentagem das pessoas que estão na força de trabalho, mas estão desocupadas. Conseqüentemente, a taxa de ocupação será a porcentagem das pessoas que estão na força de trabalho e estão ocupadas. A taxa de informalidade, outro índice importante de ser mensurado, é referente ao número de pessoas ocupadas que trabalham em atividades informais, ou seja, sem carteira assinada.

O Painel longitudinal da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) utilizado na pesquisa foi criado pelo DataZoom. A PNADC, conforme será explicada no capítulo Fonte de Dados, é produzida através de uma amostra de domicílios com um esquema

¹⁴ Todas as explicações sobre o mercado de trabalho encontradas em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

de rotação. O mesmo domicílio é entrevistado cinco vezes e o mesmo indivíduo pode ser entrevistado mais de uma vez. Como a identificação desse indivíduo não é disponibilizada, o DataZoom disponibiliza um código que é capaz de identificar os indivíduos ao longo do tempo, com base em algumas características do mesmo¹⁵.

A fim de identificar os indivíduos, duas formas foram criadas. A primeira, consiste em identificar as características que são constantes no tempo, como a data e mês de aniversário, o ano de nascimento e o sexo. Além disso, é utilizada uma forma de emparelhamento avançado que considera a possibilidade de pequenas mudanças nas características através do tempo, baseado no trabalho de Ribas e Soares (2008). O emparelhamento avançado permite a possibilidade do entrevistado ter errado algumas informações básicas, como a data de nascimento. Isso é relevante porque, muitas vezes, indivíduos com baixa escolaridade costumam errar algumas informações com maior probabilidade, de tal forma que o emparelhamento básico pode estar viesado. Sendo assim, o emparelhamento avançado corrige esse viés.

Inicialmente, o principal método a ser utilizado nessa monografia será a análise dos principais indicadores do mercado de trabalho ao longo do período pandêmico e a matriz de transição, elaborada com os dados dos painéis dos indivíduos. Ao acompanhar os indivíduos ao longo dos trimestres observados, é possível extrair a porcentagem de pessoas ocupadas em um determinado trimestre e que permaneceram ocupadas no trimestre seguinte. Assim, será possível mensurar o impacto da covid-19 no mercado de trabalho e, ao desagregar os dados em gênero e raça, a persistente desigualdade entre homens e mulheres, brancos e negros.

Para encontrar a taxa mencionada no parágrafo anterior, primeiro são construídas dois tipos de variáveis: a primeira identifica se o indivíduo está ocupado no trimestre observado, a segunda identifica se o mesmo indivíduo continuou ocupado no trimestre seguinte. Em seguida, divide-se o número de pessoas ocupadas no trimestre seguinte sobre o número de pessoas ocupadas no trimestre observado. O número encontrado é multiplicado por 100 para ficar na medida de porcentagem. O trabalho ainda pretende estimar o impacto do CoronaVírus através de regressões, mas os detalhes da estimação poderão ser encontrados na Monografia 2.

¹⁵ Mais sobre o painel do DataZoom em https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2020/download/relatorios/CCS/ECO/ECO-Maria%20Mittelbach.pdf

4) FONTE DE DADOS

Com a finalidade de estimar os efeitos da pandemia do CoronaVírus sobre a população feminina e negra no Brasil, serão utilizados, majoritariamente, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PNAD Contínua tem como objeto a investigação domicílios e visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Por meio da PNADC será possível também fazer o cruzamento dos dados do trabalho com características raciais, educacionais e demográficas.

A pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares à força de trabalho, como cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e comunicação etc.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, extraída de uma amostra mestra de setores censitários, de forma a garantir a representatividade dos resultados para os diversos níveis geográficos definidos: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais.

Além da PNADC trimestral e anual, a PNAD COVID-19 será utilizada como auxílio a este trabalho. A iniciativa do IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, visa estimar o número de pessoas com sintomas associados à síndrome gripal e monitorar os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro, permitindo identificar alterações no rendimento, afastamento do trabalho, subutilização da força de trabalho e o recebimento de outros rendimentos não oriundos do trabalho, tais como: aposentadoria, Bolsa Família, algum auxílio emergencial relacionado à COVID e outros.

A PNAD COVID19 teve início em maio de 2020, com entrevistas realizadas por telefone

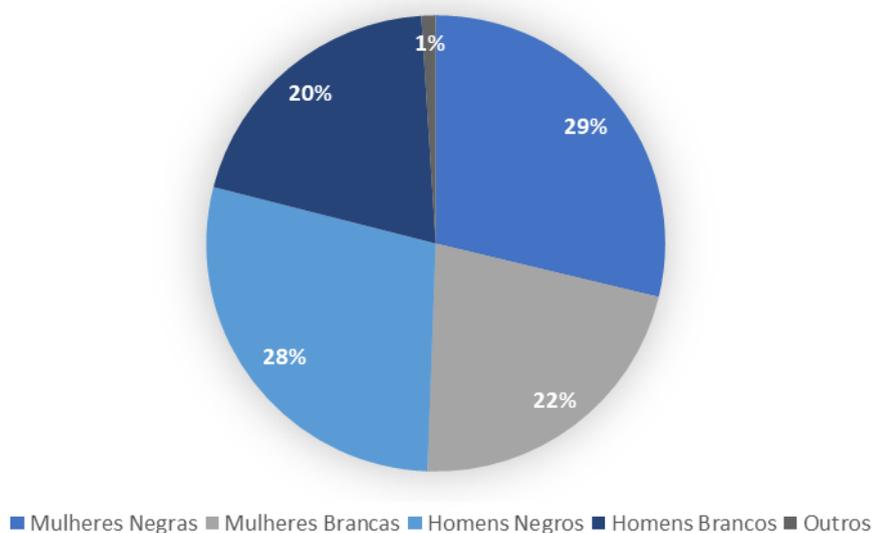
totalizando cerca de 193 mil domicílios por mês. A amostra é fixa, sendo assim, os domicílios entrevistados no primeiro mês de coleta de dados permanecerão na amostra nos meses subsequentes, até o fim da pesquisa.

5) ANÁLISE DESCRITIVA DO MERCADO DE TRABALHO E DA COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Este capítulo abordará uma análise descritiva do mercado de trabalho e rendimentos no Brasil e também da composição das famílias brasileiras no período pré pandemia, tendo em vista que, para estimar os efeitos sócioeconômicos do CoronaVírus, uma análise preliminar é necessária para explorarmos o contexto em que o país se encontrava antes da crise sanitária e econômica.

Com o auxílio de tabelas e gráficos, serão examinados alguns indicadores importantes que explicam a vulnerabilidade das mulheres negras no último trimestre de 2019, período pré pandêmico. É importante ressaltar que, como o trabalho visa pesquisar um grupo específico – mulheres negras –, as análises, em sua maioria, sempre serão desagregadas por gênero e raça.

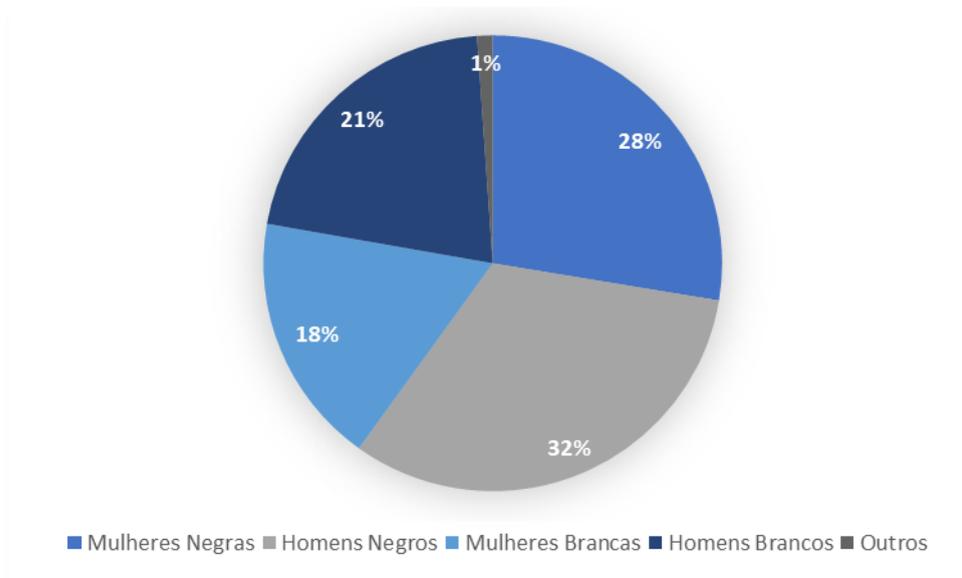
Gráfico 3: Composição da População Brasileira, por Sexo e Raça do indivíduo.



Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

Os Dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que 54% da população brasileira é negra. O gráfico acima, de elaboração própria, utiliza dos dados da PNAD Contínua Trimestral e soma o número de pessoas, crianças ou adultas, e agrupa por sexo e raça. Evidentemente, o número mulheres declaradas pretas ou pardas são maioria no país, segundo a pesquisa.

Gráfico 4: Características dos Chefes de Família nos Domicílios.



Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

Com o objetivo de entender as características dos responsáveis pela renda dos domicílios brasileiros, a tabela acima soma e agrupa por sexo e raça o número de pessoas que se identificaram como chefes de família. O período analisado mostra que famílias chefiadas por homens negros são a maioria, seguido pelas por mulheres negras. Famílias são liderados por mulheres em situações em que o companheiro é ausente ou vive junto, mas não arca com as despesas. Além disso, algumas pesquisas apontam que, mesmo sendo responsáveis pelo sustento, as mulheres brasileiras ganham cerca de 27% a menos do que os homens. Ademais, veremos a seguir, que as mulheres negras estão ainda mais expostas no mercado de trabalho.

Tabela 2: Média de Anos de Estudo, por Sexo e Raça.

Sexo e Raça	Anos de Estudo
Mulher Negra	9,23
Homem Negro	8,73
Mulher Branca	10,79
Homem Branco	10,62

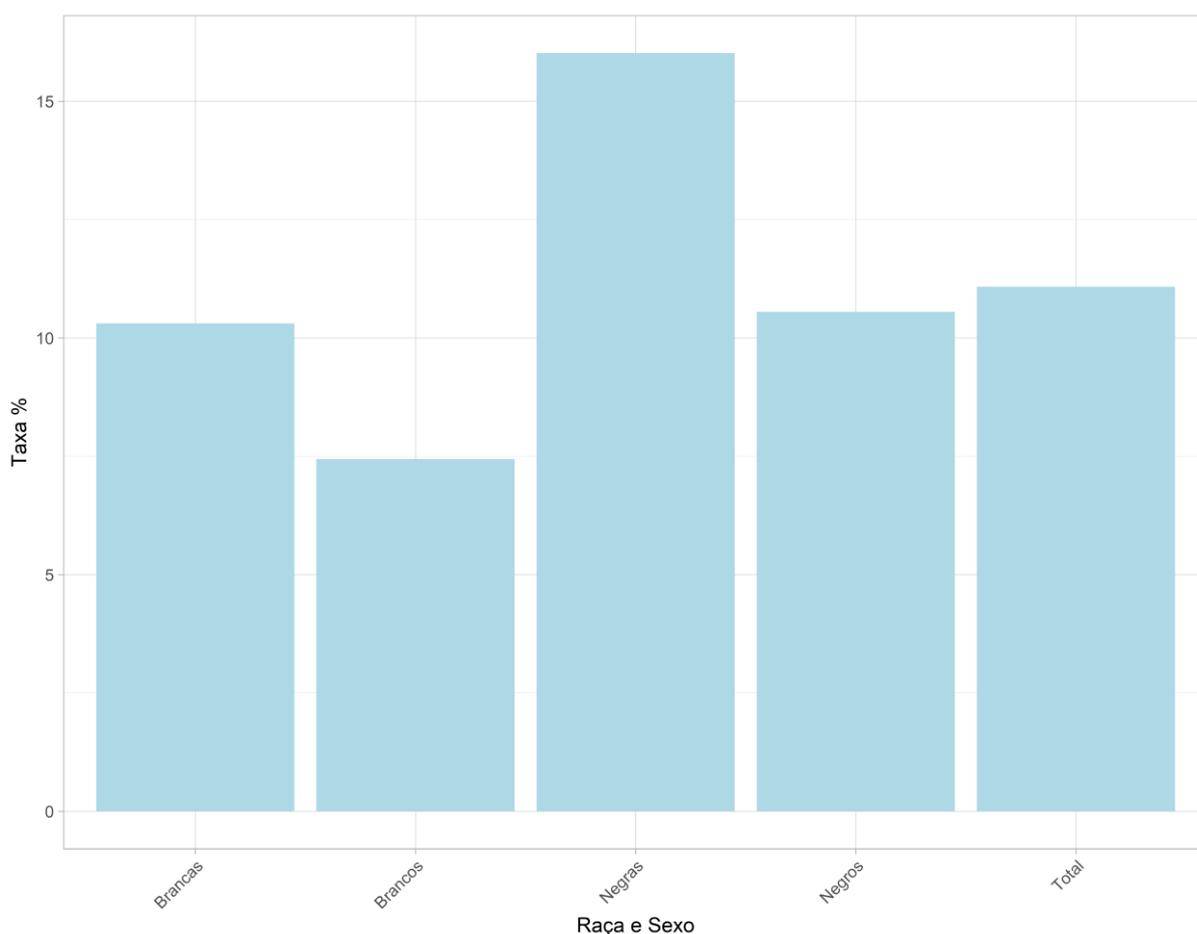
Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

A tabela acima mostra a média de anos de estudo das pessoas com idade maior ou igual a 25 anos, por sexo e raça. Em média, brancos passam mais tempo na escola do que os negros, o que reforça as desigualdades educacionais no que diz respeito à cor da pele. Percebe-se que a mulher

branca e o homem branco possuem médias de escolaridade bem próximas, em contrapartida a mulher preta está mais do que 1 ponto abaixo, e os homens negros dois pontos.

Os resultados apresentados mostram um panorama geral da população brasileira e suas desigualdades de gênero e raça. Com o objetivo de entender como essas desigualdades são refletidas na renda e no trabalho, os gráficos a seguir possuem indicadores importantes para entender a dinâmica do mercado de trabalho e rendimento.

Gráfico 5: Taxa de Desocupação, 2019.4

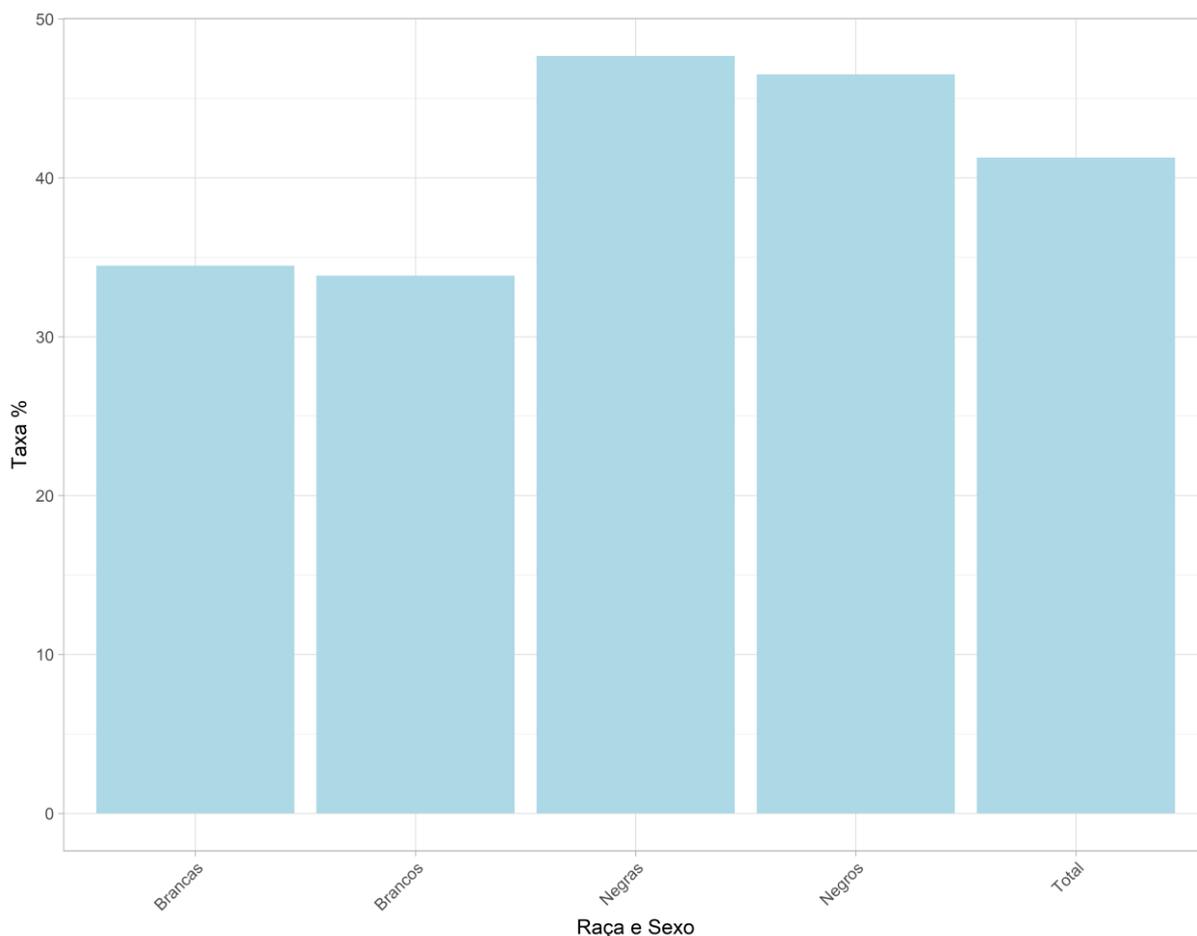


Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

É de forma evidente a diferença significativa entre as mulheres negras e os demais grupos. No período retratado na análise, a mulher negra fica em extrema desvantagem, com taxa de desocupação de 16,2%, 4.2 pp acima da taxa de desemprego geral do país no final de 2019. Apesar dos homens negros terem a segunda pior taxa, ainda assim está bem distante das mulheres negras, com 10,6%. As mulheres brancas possuem 10,3% e os homens brancos, com

a menor taxa, 7,4%.

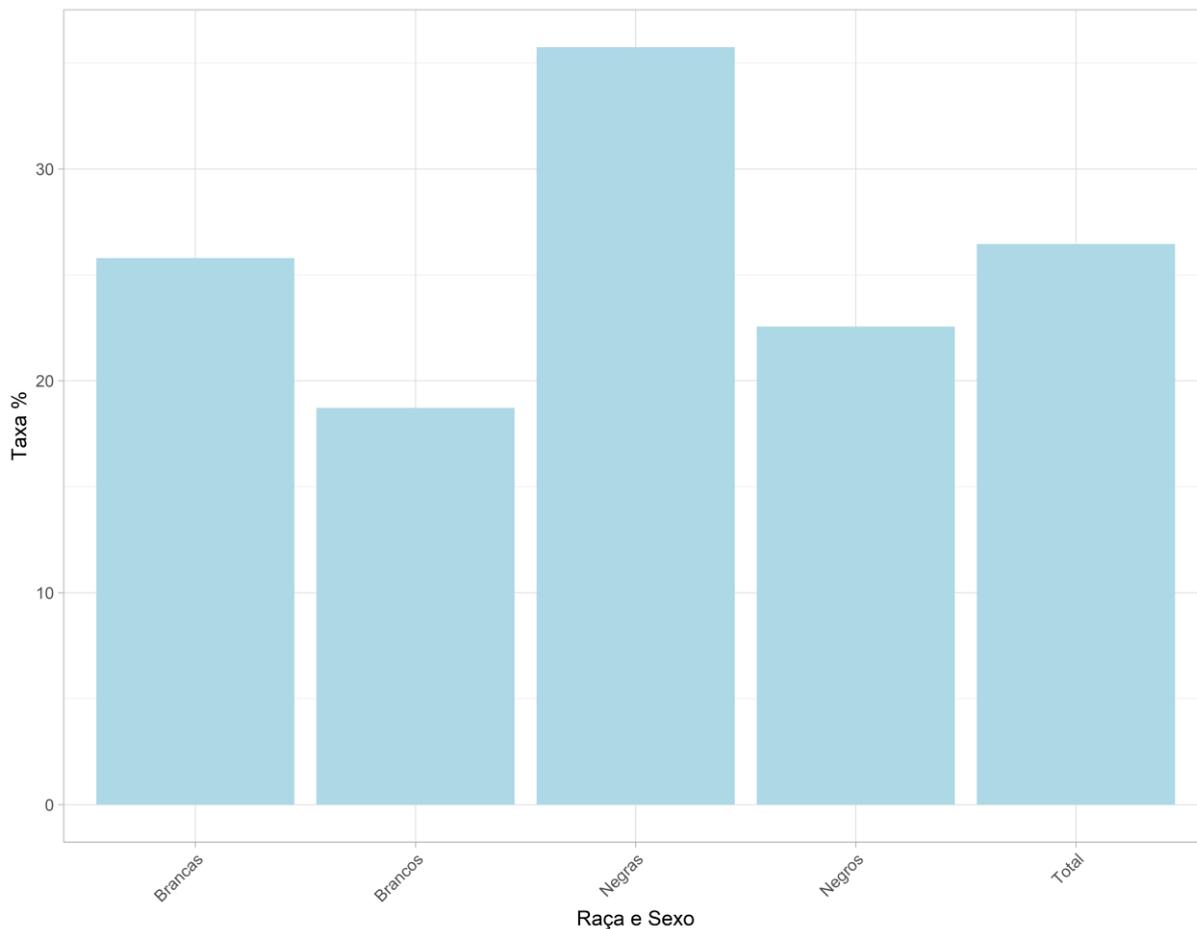
Gráfico 6: Taxa de Informalidade, 2019.4



Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

A informalidade faz parte da estrutura do mercado de trabalho brasileiro, seja pela carteira não ser assinada, pelo trabalho por conta própria sem CNPJ ou aqueles que trabalham auxiliando a família. No final de 2019, a informalidade atingia mais de 40% dos trabalhadores do país. Ao desagregar por gênero e raça, novamente a mulher negra se destaca com a maior taxa, seguida pelo homem negro que, dessa vez, possui números bem próximos das mulheres negras, diferente do que foi observado na taxa de desocupação, demonstrando que o problema da informalidade no trabalho atinge mais os pretos e pardos .

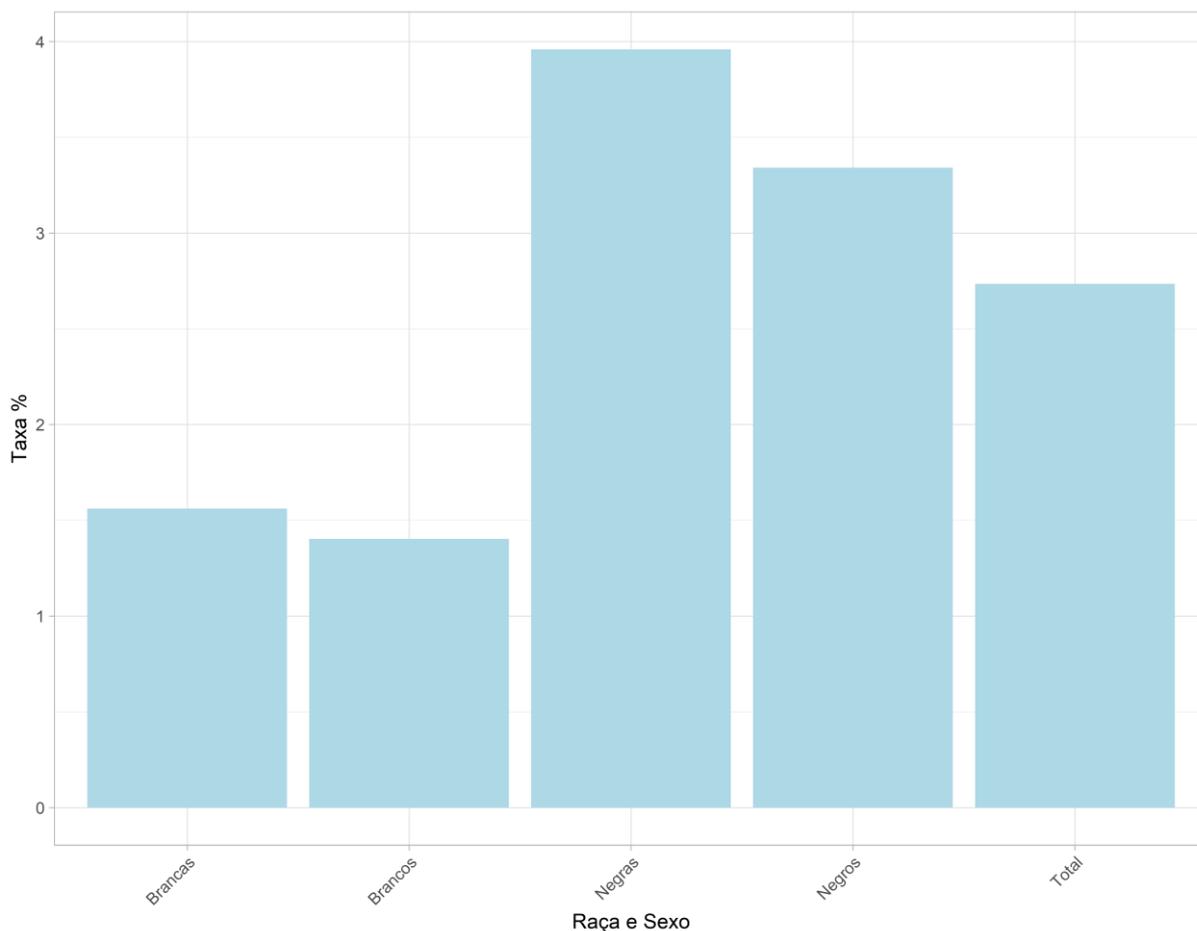
Gráfico 7: Taxa dos Nem Nem, 2019.4



Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

O grupos dos “Nem Nem” são compostos pelos jovens que não estudam e não trabalham. Os dados mostram que cerca de 26% dos jovens brasileiros nem estudam e nem trabalham. As mulheres são o grupos mais afetado por esse fenômeno, já que muitas precisam se dedicar a fazeres domésticos e aos cuidados dos parentes. Ainda assim, as jovens negras são destaque no gráfico com taxa maior que 35%. Em seguida, as jovens brancas, os jovens negros e, por último, os jovens brancos.

Gráfico 8: Taxa dos Desalentados, 2019.4



Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

Os desalentados caracterizam-se pelas pessoas em idade de trabalhar que não procuram emprego por acreditarem que não conseguiriam uma oportunidade e, então, desistiram. Os indivíduos negros apresentam taxas maiores do que os brancos e, mais uma vez, a mulher negra possui a maior taxa, e o homem branco, a menor.

Tabela 5: Média dos Rendimentos Habituais e Efetivos, por gênero e raça.

Sexo e Raça	Renda Efetiva	Renda Habitual
Mulheres Negras	R\$ 1.532,10	R\$ 1.477,97
Homens Negros	R\$ 1.944,08	R\$ 1.888,85
Mulheres Brancas	R\$ 2.677,96	R\$ 2.580,31
Homens Brancos	R\$ 3.525,85	R\$ 3.418,43

Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

Ao analisar a média das rendas habituais e a efetivas dos grupos por raça e gênero, a disparidade entre a mulher negra em relação ao homem branco continua em números expressivos. As

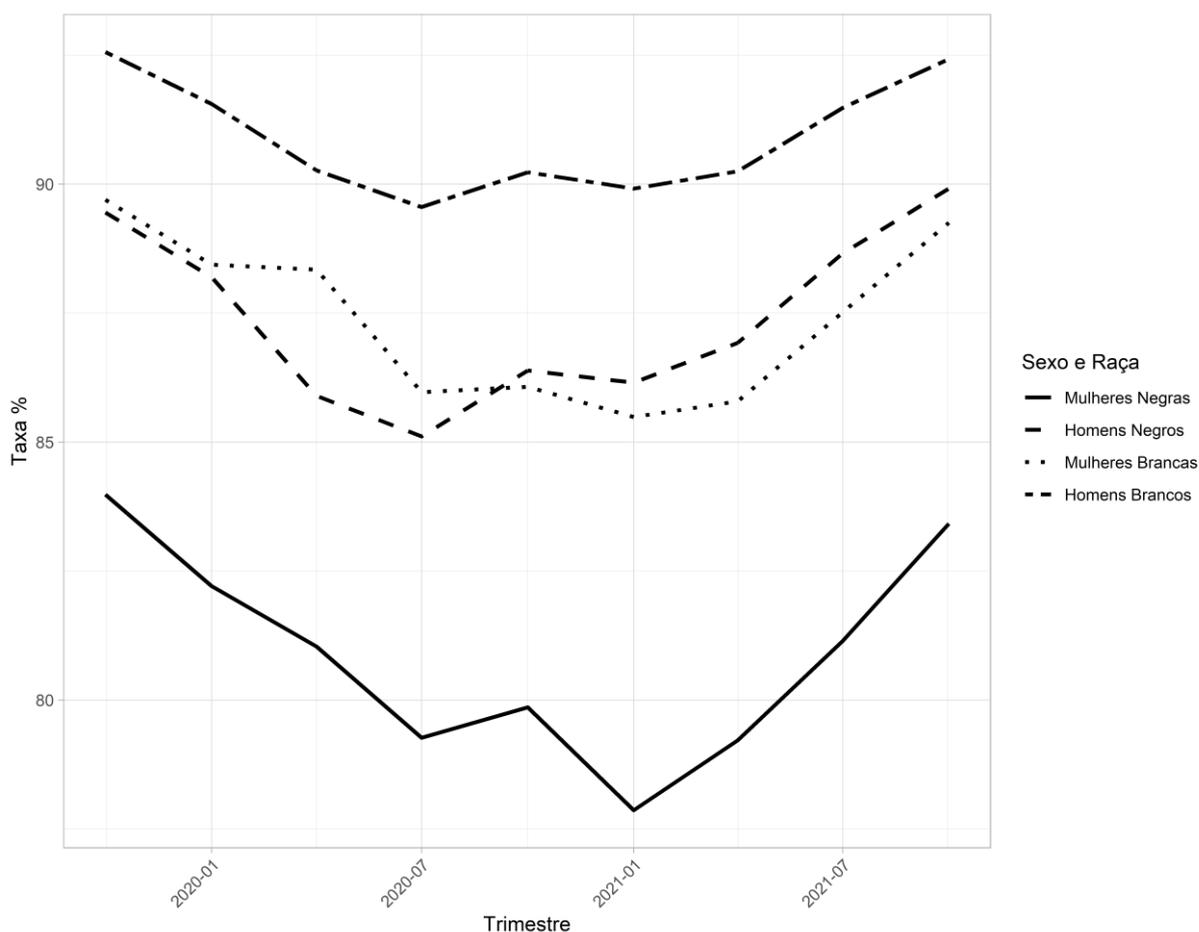
mulheres negras ganham até mais que 2x menos do que o homem branco, cerca de 42% da remuneração dos homens brancos. Segundo levantamento da Made/USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da Universidade de São Paulo) através da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017 e 2018, 705 mil homens brancos têm renda maior que a de todas as 33 milhões de mulheres negras do Brasil.

As análises iniciais apresentadas evidenciam a característica da população brasileira e do mercado de trabalho. Em todos os gráficos e tabelas apresentadas, a mulher negra aparece em desvantagem dos demais, mostrando a desigualdade social e econômica desse grupo.

6) O IMPACTO DA COVID-19 SOBRE AS MULHERES NEGRAS

Esta seção da monografia abordará a magnitude do impacto da COVID-19 sobre as mulheres negras brasileiras, na renda e no mercado de trabalho. O objetivo é mostrar como essas mulheres, visto na seção anterior como o grupo mais vulnerável do país, se tornaram ainda mais distantes em termos econômicos dos demais grupos na pandemia, principalmente dos homens brancos.

Gráfico 9: Taxa (%) de ocupação nos trimestres de 2020 e 2021, por gênero e raça

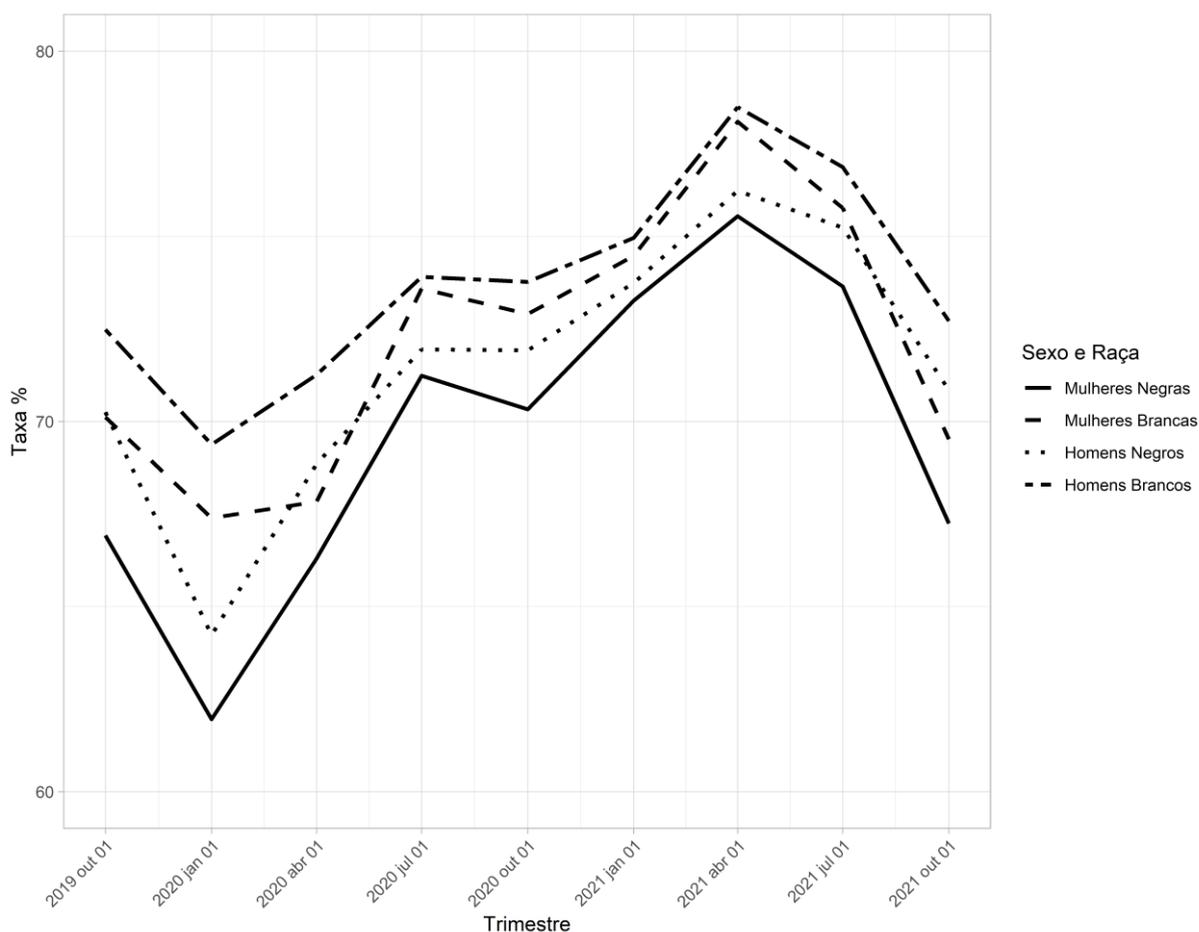


Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

O gráfico mostra a taxa de ocupação do último trimestre de 2019 até o último de 2021. É evidente a queda acentuada da taxa de ocupação após o início da pandemia para todos os grupos. Todavia, é possível ver que as mulheres negras têm a maior taxa de desocupação em todos os trimestres, chegando a atingir mais de 10 p.p de diferença dos homens brancos.

Historicamente, os negros possuem taxas de ocupação piores do que os brancos, mas, no contexto da pandemia, a situação se agravou após as medidas de isolamento social, já que tendem a ter maior participação de mão de obra nos setores econômicos mais vulneráveis, como os relacionados a serviços e lazer, atividades que demandam contato físico e mobilidade¹⁶. Apesar da recuperação a partir de 2021, as mulheres negras continuam sendo as que mais sofrem para ingressar no mercado de trabalho.

Gráfico 10: Taxa (%) de pessoas ocupadas para ocupadas nos trimestres de 2020 e 2021, por gênero e raça



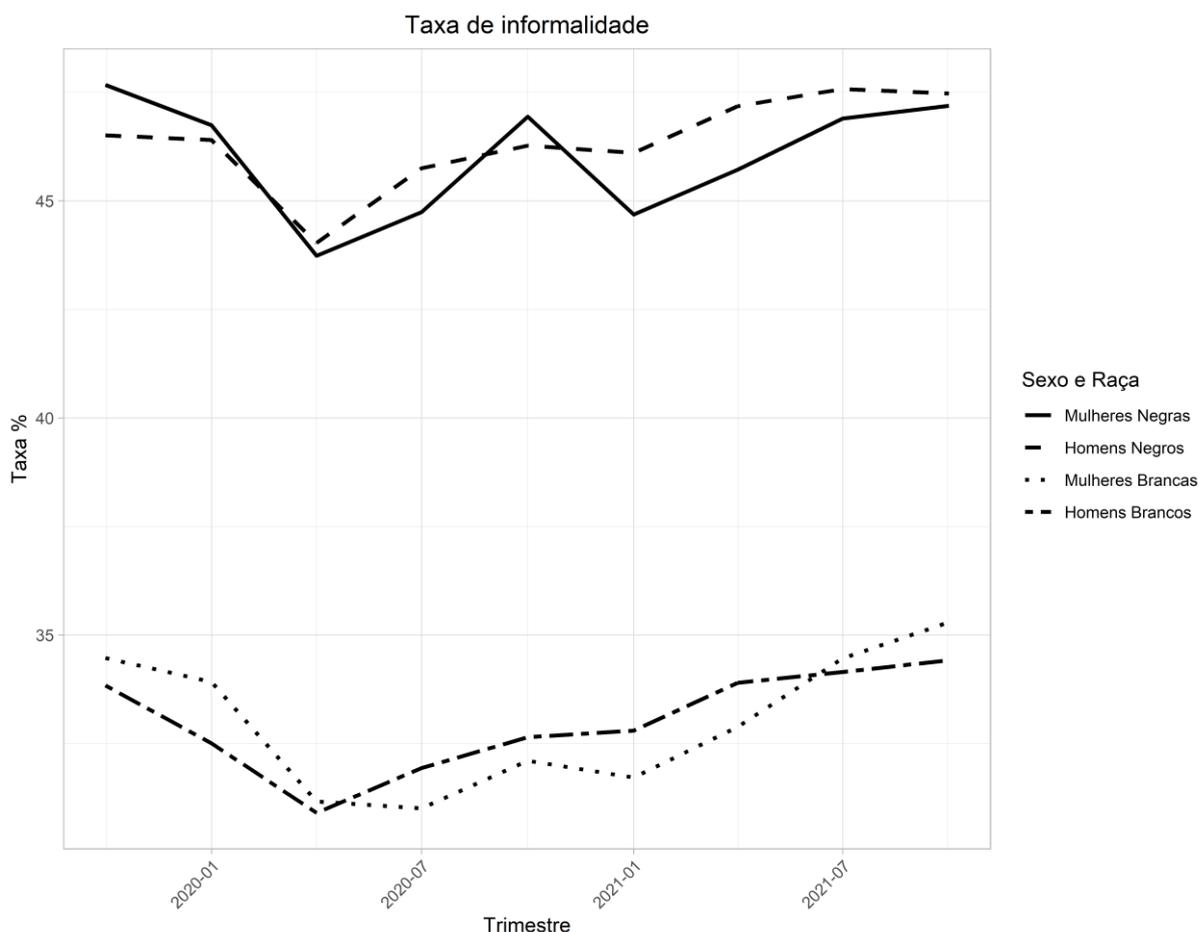
Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

A fim de aprofundar a análise, uma matriz de transição foi elaborada com a finalidade de observar a trajetória da ocupação dos indivíduos ao longo desse período. Como visto

¹⁶ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/15/ministerio-da-economia-publica-lista-de-setores-mais-afetados-pela-pandemia.ghtml>

anteriormente, a ocupação foi extremamente afetada pela pandemia em todos os grupos. Ao observar os indivíduos que estavam ocupados no trimestre de referência e que continuaram ocupados no trimestre seguinte, os homens brancos foram os que mais tiveram sucesso em preservar os seus empregos, já as mulheres negras foram as que mais sofreram com a perda da sua fonte de renda, como mostra o gráfico. Estudos apontem que as mulheres negras são predominantes em atividades econômicas como serviços domésticos, comércio e educação, setores atingidos fortemente pelas medidas de combate ao vírus da Covid-19.

Gráfico 11: Taxa (%) de informalidade nos trimestres de 2020 e 2021, por gênero e raça



Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

A recuperação das taxas de ocupação a partir do ano de 2021 não é um ponto absolutamente positivo para o mercado de trabalho. O crescimento é em parte explicado pelos trabalhadores inseridos na informalidade ou subocupação. Como pode ser observado no gráfico, a partir de 2021 a taxa de informalidade também apresentou tendência de crescimento, cerca de mais de 2 p.p em um ano. A informalidade é caracterizada, principalmente, pelos empregados no setor

privado sem carteira assinada e pelos trabalhadores por conta própria¹⁷.

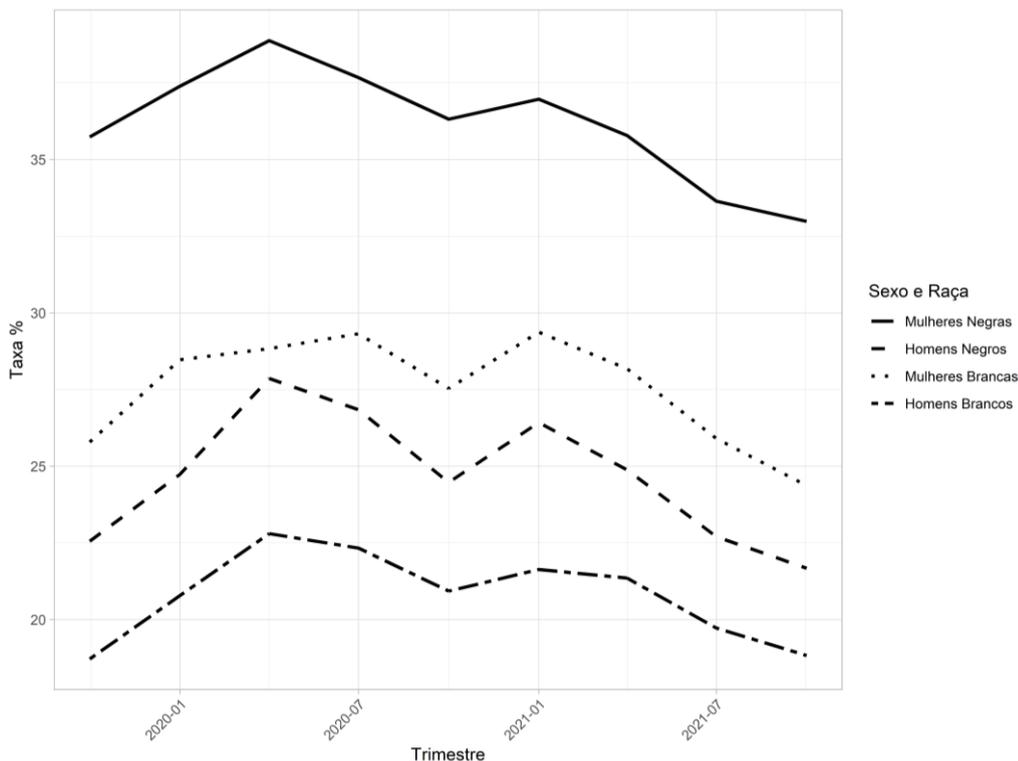
Tabela 6: Média do Rendimento Médio, por gênero e raça

Anos	2019.2	2020.2	2021.2
Mulheres Negras	R\$ 1.729	R\$ 1.873	R\$ 1.778
Mulheres Brancas	R\$ 3.001	R\$ 3.153	R\$ 2.951
Homens Negros	R\$ 2.222	R\$ 2.333	R\$ 2.199
Homens Brancos	R\$ 3.919	R\$ 4.169	R\$ 3.847
Índice geral	R\$ 2.705	R\$ 2.898	R\$ 2.702

Fonte: Dieese/IBGE

O aumento da informalidade também teve como consequência a queda dos rendimentos efetivos e habituais, devido aos trabalhadores precisarem se submeter a postos de trabalho que exigem menor qualificação, porém remuneram menos. Na tabela 6, a renda em 2020 apresenta um pequeno aumento em relação ao ano de 2019 que em parte pode ser explicada pelo auxílio emergencial, política de transferência que ajudou no combate a perda de renda dos brasileiros durante os primeiros meses da pandemia, especialmente as mulheres negras, as mais penalizadas no mercado de trabalho. Em 2021, como pode-se observar, o rendimento médio voltou a diminuir a níveis mais baixos do que em 2019. As mulheres negras, por sua vez, continuam ganhando cerca de metade da renda dos homens brancos.

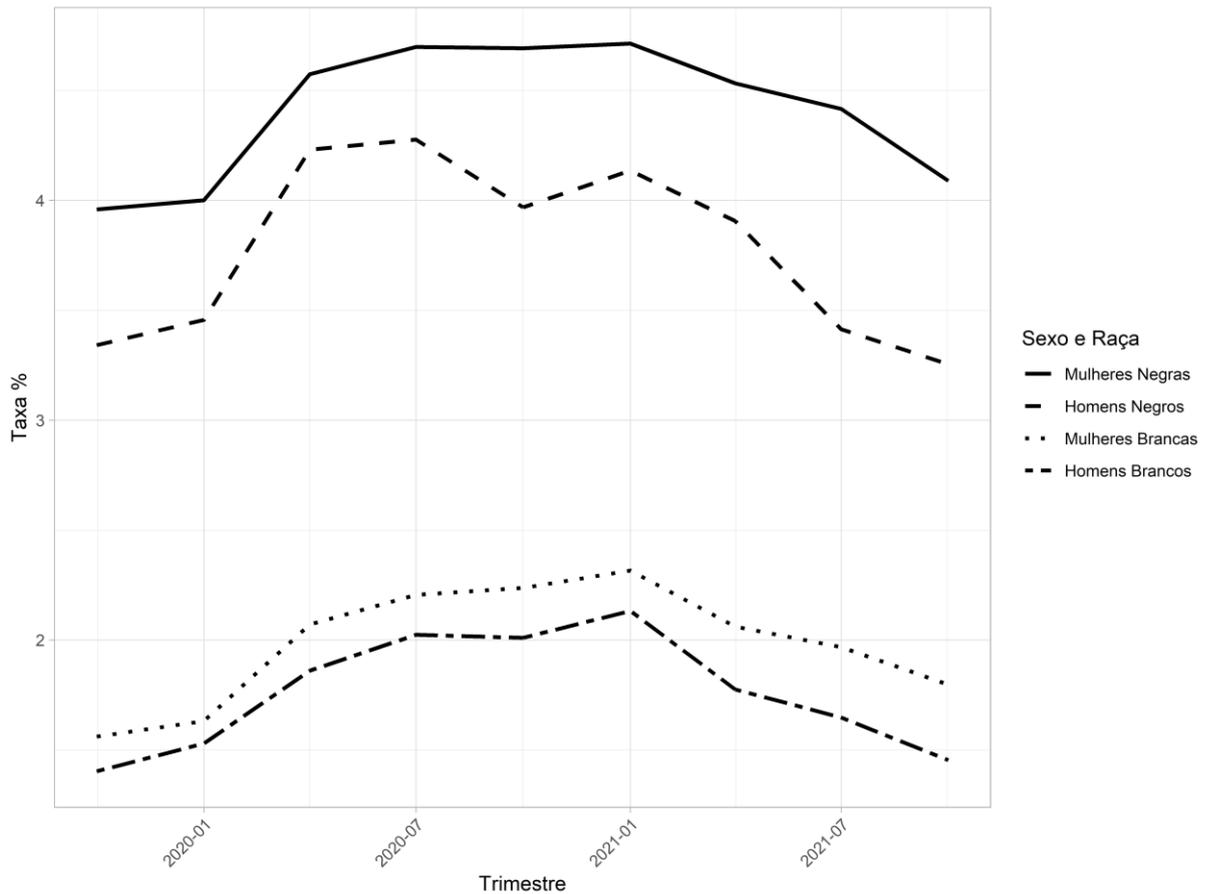
Gráfico 12: Taxa dos Nem Nem, nos trimestres de 2020 e 2021, por gênero e raça



Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

Segundo os dados da PNAD Contínua, a taxa de jovens que não estudam nem trabalham chegou a quase 30% ao longo de 2020, ano em que as medidas sanitárias foram implementadas e o acesso a escola e aos postos de trabalho foi dificultado. Assim como na análise feita do período pré covid-19, as mulheres pretas e pardas continuam apresentando desigualdade ao longo da pandemia. No 2º trimestre de 2020, a taxa de jovens negras entre 14 e 24 anos sem estudar e trabalhar chegou a atingir quase 40%. Além disso, no gráfico percebe-se a disparidade entre sexos mais preocupante do que a disparidade racial. Mesmo após a flexibilização e a reabertura das escolas em 2021, o retorno das meninas e mulheres a educação e ao mercado de trabalho foi pior do que o dos homens.

Gráfico 13: Taxa dos Desalentados, nos trimestres de 2020 e 2021, por gênero e raça



Fonte: Elaboração e cálculos próprios com o uso dos painéis dos indivíduos disponibilizados pelo DataZoom.

Conforme já abordado anteriormente, o indivíduo desalentado é aquele que gostaria de trabalhar, porém não procura emprego por achar que não irá encontrar, desmotivado a ingressar no mercado por diversos fatores, sendo eles o cenário econômico, a idade, qualificação, entre outros. No primeiro trimestre de 2021, 5,9 milhões de pessoas se encaixam nessa descrição e tinham desistido de procurar emprego.

A mulher negra e o homem negro são os que mais sofrem com o desemprego e, por consequência, são os que mais se encaixam nos desalentados, devido a desistência. Ademais, o gráfico mostra que a tendência de queda da taxa para as mulheres negras após 2021 é mais lenta do que a maioria, percebe-se que a curva dos homens é mais inclinada, o que indica que as mulheres retornam para o mercado de trabalho de forma mais gradual e tardia.

7) CONCLUSÃO

A monografia apresentou os principais indicadores do mercado de trabalho antes, durante e depois da pandemia de Covid-19 no Brasil, e refletiu o problema estrutural da desigualdade racial e de gênero enfrentado no país. Por meio de gráficos e tabelas, os dados deixaram evidente as mazelas do vírus, principalmente sobre a vida econômica das mulheres negras brasileiras.

Historicamente, as mulheres negras são as que apresentaram as piores taxas de desempenho no mercado de trabalho, conforme foi revelado nas seções anteriores. As mulheres pretas e pardas fazem parte de dois grupos sociais estruturalmente excluídos, as mulheres e os negros. Sendo assim, a análise interseccional das desigualdades raciais e de gênero se faz necessária ao analisar o grupo.

O cenário pandêmico foi extremamente prejudicial para a economia do país, como pode-se observar. As medidas de isolamento social, no qual ocasionou o fechamento dos postos de trabalhos, levaram a consequências severas. O mercado de trabalho apresentou taxas de desemprego extremamente altas durante o período. Além disso, números de desalentos e de jovens que não estudam e não trabalham aumentaram consideravelmente.

A partir do 2º trimestre de 2021, observou-se uma melhora nos indicadores, a taxa de desemprego começou a diminuir e a de ocupação a subir. Todavia, a taxa de informalidade acompanhou o crescimento da taxa de ocupação, o que indica que parte dos trabalhadores que voltaram ao mercado, foram para o setor informal e não estão sob garantia dos direitos trabalhistas. Além disso, os rendimentos médios foram impactados diretamente por esse cenário. Assim, os trabalhadores estão inseridos em postos de trabalhos de menor qualificação e menor remuneração.

É válido ressaltar que a mulher negra foi o único grupo que sempre esteve em desvantagem em todos os índices apresentados na monografia, reafirmando a vulnerabilidade social e econômica e a necessidade do estudo aprofundado sobre as diferenças entre mulheres e homens, brancos e negros, os quais servirão de base teórica para a elaboração de políticas públicas voltadas especialmente para o combate as desigualdades.

8) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Souza, Pedro H. G. Ferreira de. **Uma história da desigualdade : a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013** / Pedro H. G. Ferreira de Souza. – 1. ed. – São Paulo : Hucitec : Anpocs, 2018.

ARAÚJO et. al. **Relação entre pobreza e trabalho no Brasil: expressão de seus dilemas na Política de Assistência Social**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2009. Anais, 2009.

ROCHA, Sônia. **Pobreza e desigualdade no brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do plano real**. IPEA, texto para discussão, n. 721, Rio de janeiro, 2000.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONCA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 15, n. 42, p. 123-142, fev. 2000.

COUCH, K., FAIRLIE, R., XU, H. **The evolving impacts of the Covid-19 pandemic on gender inequality in the U.S. labor market: The Covid Motherhood Penalty**. National Bureau of Economic Research Working Paper n° 29426, 2021.

ARAÚJO, C. Ferreira; SOUZA, H. Gomes de. **A Pobreza no Brasil: Uma análise dos seus Determinantes entre 1992 e 2014**. Rev. De Desenvolvimento Econômico, Salvador, v.1, no. 42, p. 9-32.

HIRATA, H. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social, v.26, n.1, 61-73. 2014.

COSTA, Ana Carla Abrão; MACONI, Laura; HELLMEISTER, Marina. **The Gender Gap Lifecycle: Evidence From The Financial Services and Public Sectors in Brazil**. OliverWyman, 2018.

ALENCAR, J et al. **Políticas públicas e violência baseada no gênero durante a pandemia da COVID-19: ações presentes, ausentes e recomendadas.** Nota Técnica, nº 78. IPEA, 2020.
BARROSO, H. C.; GAMA, M. S. B.

COLINS, P.H, & Bilge, S. **Interseccionalidade.** Boitempo Editorial, 2021.

A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. Revista do CEAM, v. 6, n. 1, p. 84-94, 25 ago. 2020.

BRITO, D. J. M.; **A pandemia da Covid-19 amplia as desigualdades de gênero já existentes no mercado de trabalho brasileiro?.** Boletim 03/2020. GETRAB, 2020.

CARVALHO, S. S. **Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – Resultados da PNAD Contínua em 2020.** Nota de Conjuntura nº 27, Carta de Conjuntura nº 51. IPEA, 2021.

TOLEDO, C. **Cuidados com família e casa na pandemia atrapalharam 45% das mulheres da Grande SP a procurar emprego, diz pesquisa.** G1, São Paulo, dezembro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/03/05/cuidados-com-familia-ecasadurante-pandemia-de-covid-19-atrapalhou-45percent-dasmulheres-da-grande-sp-aprocuraremprego-diz-pesquisa.html>

NERI, Marcelo C. **A Escalada da Desigualdade - Qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e a Pobreza?** Marcelo Neri - 34 pag. Rio de Janeiro, RJ - Agosto/2019.

Laurencin, Cato T., and Joanne M. Walker. "A Pandemic on a Pandemic: Racism and COVID-19 in Blacks." Cell systems 11.1 (2020): 9-10

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** 2001.

RIBAS, Rafael Perez; SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Sobre o painel da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.** Texto para discussão, 2008)

FERREIRA, Lola. Pouco dinheiro gasto por ministério de Damares em 2020 impacta mulheres e LGBTQ+ e gera temor sobre futuro da pasta. *Genêro e Número*, 2021.

<https://g1.globo.com/economia/noticia/em-2016-248-milhoes-de-brasileiros-viviam-na-miseria-53-a-mais-que-em-2014-revela-ibge.ghtml>

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2017/12/16/interna_politica,648238/nem-nens-25-8-dos-jovens-de-16-a-29-anos-nao-estudam-nem-trabalham.shtm

